

Demitidos e anistiados negociam transposição para o RJU

Os servidores federais demitidos e anistiados tiveram uma reunião nessa terça-feira (04) com representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para instalação da sua mesa setorial. Durante o encontro, que contou com a presença do secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo, os representantes desses trabalhadores expuseram as suas maiores demandas e fizeram um relato da situação em que se encontram desde que foram readmitidos no serviço público.

Como principal pauta, os demitidos e anistiados querem resolver a sua situação funcional por meio de uma transposição para o Regime Jurídico Único (RJU). Isso porque eles foram readmitidos como celetistas e locados em diversos órgãos federais onde passaram a trabalhar sem os direitos garantidos pelo RJU.

“Desempenham as mesmas funções de outros servidores desses órgãos, mas recebem salários menores, não podem assumir cargos comissionados, o tempo afastado não conta como tempo de serviço, além de outras questões. No último mês de março, a anistia desses servidores completou 30 anos e até o momento nada foi feito para resolver seus problemas.



Precisamos solucionar essa questão o mais rápido possível”, comentou Sérgio Ronaldo.

Enquanto acontecia a reunião, um ato foi realizado na frente do MGI. Segundo os funcionários públicos, eles vêm passando por grandes dificuldades financeiras e sofrem assédio moral ao serem tratados como servidores de segunda linha.

Esses trabalhadores públicos foram demitidos, em sua maioria, em 1990, durante o governo do ex-presidente Fernando Collor de Melo. A Lei da Anistia foi instituída em 1994 para corrigir as ilegalidades e arbitrariedades cometidas pelo governo Collor. Entretanto, apesar de reconhecer o erro do governo, a demora para o cumpri-

mento da lei criou um grande hiato entre as demissões e readmissões com os devidos direitos garantidos.

Resposta

Os representantes do MGI pediram um prazo de 90 dias para dar um retorno sobre a situação desses servidores. Uma nova reunião será marcada logo após esse prazo. A Condsef/Fenadsef aguarda que o governo traga uma solução definitiva para esses trabalhadores.

“Precisamos aproveitar essa janela de oportunidade das mesas setoriais, que está se abrindo com este governo, para resolver a situação desses servidores”, concluiu Sérgio Ronaldo.

Fonte: Condsef

**SERVIDORES DO INCRA
DESVALORIZADOS,
REFORMA AGRÁRIA PARADA!**





PIB cresce 0,8% no trimestre e economia do país passa a ser a oitava maior do mundo

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 0,8% no primeiro trimestre deste ano puxado principalmente pelo setor de serviços e o comércio, que teve uma alta no período, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada nesta terça-feira (4). Os investimentos, assim como o consumo das famílias, também tiveram comportamento favorável.

Com esse índice o Brasil ultrapassou a Itália (que cresceu 0,3%) e se tornou a 8ª maior economia do mundo, de acordo com dados também divulgados hoje pela Austin Rating, agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira, que faz o cálculo com base nas taxas de 53 países. No ano passado o Brasil havia terminado 2023 como a 9ª maior economia do mundo.

Na análise da coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, o crescimento do PIB foi, principalmente, devido à cinco fatores: a melhora no mercado de trabalho brasileiro; as quedas na taxa de juros (Selic), a inflação mais baixa; a continuidade dos programas governamentais de auxílio às famílias e à queda na inadimplência após o Desenrola, programa de renegociação de dívidas do governo Lula (PT). O Desenrola, que terminou no dia 20 de maio deste ano, teve um saldo de R\$ 53 bilhões em refinanciamentos e a redução da inadimplência, entre o público do programa, foi de 8,7% e o valor negociado equivale a 0,5% do PIB, de acordo com o Governo Federal.

Para o Secretário de Administração e Finanças da CUT Nacional, Ariovaldo de Camargo o crescimento do PIB brasileiro é uma demonstração de que as medi-

das do governo federal são as que de fato trazem alterações na forma de conduzir a economia, como o caso do Desenrola que trouxe um impacto positivo de investimentos, retirando as famílias da inadimplência e fazendo com que as famílias também tenham maior capacidade de adquirir bens e serviços, o que traz uma melhora significativa, mas é preciso ainda distribuir melhor a renda para a população em geral. Além disso, políticas como a revisão da tabela do imposto de renda, inflação baixa e controlada e a política de valorização do salário mínimo promoveram aumento da renda para a grande maioria da população. O mercado de trabalho favorável e as negociações coletivas proporcionando ganhos reais também devem ser destacados.

“Estamos com perspectiva que o Brasil cresça 2,5% este ano ou até mesmo 3% contra as projeções de que o país não crescerá com esta intensidade nem no ano passado e nem este ano. Mas, a forma como o ministro Fernando Haddad e o presidente Lula têm conduzido a economia do Brasil mostra o contrário. No entanto, não basta ser uma boa economia pujante, sem uma melhor distribuição de renda onde os mais pobres possam ter acesso a bens e serviços, e isso passa por uma reforma tributária”, avalia Camargo.

Brasil precisa se reindustrializar

Por setores, as maiores contribuições para a alta do PIB, neste primeiro trimestre de 2024 em relação ao 4º trimestre de 2023 vieram do Comércio (3,0%), de Informação e Comunicação (2,1%) e de outras atividades de serviços (1,6%). A Agropecuária cresceu 11,3% e a indústria de transformação também avançou em 0,7%(-0,1%),.

Porém, os indicadores da indústria ainda registram resultados negativos se analisados nos últimos 12 meses reforçando a necessidade de uma reindustrialização do Brasil, na avaliação do secretário de Administração e Finanças da CUT.

“Obviamente que a pecuária também teve um impacto grande no PIB e nós estamos num processo de debate com o governo federal da reindustrialização do país porque, no momento, temos uma baixa capacidade da indústria brasileira de competição com o mercado internacional que vem para dentro do país, e de certa forma, a competição não tem sido positiva por parte da nossa indústria”, diz Camargo.

Dados do PIB brasileiro

Em relação ao primeiro trimestre de 2023, a economia cresceu 2,5%. Em valores correntes o acúmulo é de R\$ 2,7 trilhões entre janeiro e março.

Ainda segundo a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, dentro do setor de serviços, algumas atividades se destacaram na alta do PIB ante o trimestre anterior: “O comércio varejista e os serviços pessoais, ligados ao crescimento do consumo das famílias, a atividade internet e desenvolvimento de sistemas, devido ao aumento dos investimentos e os serviços profissionais, que transpassam à economia como um todo”, disse Rebeca.

Outro destaque foi o aumento dos investimentos, alavancados pelo aumento na importação de bens de capital, no desenvolvimento de software e na construção. A economista do IBGE lembra que a produção de bens de capital ainda está no terreno negativo na taxa interanual.

Fonte: CUT